



PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO GABINETE DO PREFEITO

GABINETE DO PREFEITO

ASSUNTO: DECISÃO REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2019.

Vem à deliberação superior, devidamente informado, os autos do processo licitatório em referência, com o **recurso administrativo** interposto **tempestivamente** pela empresa recorrente **CITROLIFE ALIMETOS LTDA**, em face da decisão proferida pelo Pregoeiro na ata da sessão pública de processamento do certame licitatório.

Notou-se que depois da r. decisão proferida pelo Pregoeiro na ata da sessão pública de processamento da licitação em referência, na qual foi declarada vencedora a empresa licitante: **FAVORITTO COM. DE BEBIDAS E ALIMENTOS EIRELI nos itens 01 e 02**, que o representante presente da empresa licitante **CITROLIFE ALIMETOS LTDA**, manifestou sua intenção de apresentar **recurso**, abrindo-se então o **prazo de 3 (três) dias** para apresentação de suas razões recursais, bem como, ficando as demais licitantes intimadas para apresentarem as contrarrazões, em igual número de dias, a contar do término do prazo do recorrente.

Dentro do prazo estabelecido, verificou-se a insurgência do **recurso administrativo** interposto pela empresa recorrente: **CITROLIFE ALIMETOS LTDA**, devidamente protocolado sob nº **2530/2019**, às **15h:10m:46s**, do dia **28/02/2019**. Por outro lado, as demais licitantes regularmente intimadas, não se manifestaram.

Refletindo sobre o embasamento legal da r. decisão recorrida, em relação aos critérios e requisitos estabelecidos no **Edital nº 04/2019** da licitação modalidade **Pregão Presencial nº 01/2019** e nas razões de recurso apresentadas pela empresa recorrente, bem como, amparado no **parecer** emitido pela Assessoria Jurídica desta Prefeitura, a qual assim se manifestou:

I – DOS FATOS

1. Trata o presente de consulta elaborada pelo senhor Presidente da Comissão de Licitação, onde o mesmo requer a elaboração de parecer jurídico relativo ao provimento ou não do Recurso Administrativo, apresentada pela empresa **CITROLIFE ALIMENTOS LTDA**, em face da decisão proferida pelo Pregoeiro de inabilitar a empresa recorrente, que deixou de apresentar a Certidão da Secretaria da Fazenda Estadual solicitado no item 7.1.2.4.2 do edital da licitação modalidade Pregão Presencial n. 01/2019.

2. Passo a opinar.

II – DO PARECER

3. A empresa protocolou o presentes recurso administrativo, tempestivamente, solicitando que seja anulada a decisão do Pregoeiro, declarando a empresa **CITROLIFE ALIMENTOS LTDA** habilitada para o certame. Alegando, em síntese, que os documentos apresentados pela empresa suprem o exigido em lei, no tocante a regularidade fiscal, e, que exigir a Certidão de débitos Não Inscritos é rigor excessivo.

4. Em que pese as alegações das empresas recorrentes, as mesmas não assistem razão em suas alegações, vejamos:

O edital exige o seguinte:

6.1.2.3.2 – Prova de regularidade, em plena validade, para com a Fazendas Estadual (abrangendo os Débitos Inscritos e os Não Inscritos em Dívida Ativa) que deverá ser comprovada através da apresentação de “Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeito de Negativa expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado” em que estiver situado o licitante ou declaração de isenção devidamente assinada pelo representante legal do licitante, no caso de empresas cuja finalidade é exclusivamente a prestação de serviço; (grifo nosso)

Estabelece o artigo 29, III, da Lei de Licitações:

“Art. 29. A documentação relativa à regularidade fiscal, conforme o caso, consistirá em:

(...)

III – prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do



PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

GABINETE DO PREFEITO

domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei”.

O dispositivo mencionado não faz qualquer menção a tributos, exigindo, em verdade, que o licitante demonstre a regularidade para com as fazendas das três esferas federativas. E isso independentemente da área de atuação da empresa interessada. Nesse sentido, o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou:

“A Lei nº. 8666/93 exige prova de regularidade fiscal perante todas as fazendas, Federal, estadual e Municipal, independentemente da atividade do licitante” (STJ Recurso Especial n. 138.745/RS Relator: Min. Franciulli Netto. DJ 25.06.2001).

Assim, só estará habilitado o licitante que comprovar estar em dia com as obrigações relativas a todas as fazendas. E essa condição, destaca-se, não se comprova tão-somente com o pagamento de tributos. O interessado no certame não poderá ter qualquer pendência para com o fisco, como a imposição de multas, por exemplo.

Apesar de ser mais restritiva, essa interpretação garante a isonomia do certame uma vez que só admite a participação de licitante em iguais condições fiscais: a de regularidade absoluta. Lembre-se que o tratamento isonômico constitui finalidade primária da licitação.

Regra geral, as certidões de débitos emitidas pelas fazendas dão conta de todas as obrigações para com o fisco respectivo. Todavia, principalmente na esfera estadual, é comum as certidões se destinem a comprovar a regularidade em face de obrigações específicas. Assim, há uma certidão que atesta a regularidade perante **Débitos Tributários da Dívida Ativa** e outra com a finalidade de atestar a regularidade da licitante em face de **Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa**. Nesses casos, o licitante deverá apresentar uma certidão negativa para cada obrigação, sob pena de não comprovar sua regularidade fiscal na forma da Lei n. 8666/93, como é solicitado no edital.

Assim, se o licitante apresentar apenas a certidão relativa aos Débitos Tributários da Dívida Ativa, por exemplo, além da não comprovação de regularidade fiscal, também não apresentou todos os documentos solicitados no edital, p Edital, faz lei entre as partes e é claro em solicitar as duas Certidões, não apresentando a Certidão de Débitos não inscritos, as empresas não apresentaram um dos documentos exigidos no edital para habilitação na licitação, além de não comprovar a regularidade fiscal como exigido pelo art. 29, III da Lei de Licitações.

O Tribunal de Contas da União, também adota o entendimento pela necessidade de comprovação da condição de regularidade perante as Fazendas se dar de forma ampla:

Acórdão n. 1788/2003 – Plenário. “A Lei n. 8666/1996. Em seu art. 29, inciso II, disciplina:

Art. 29. A documentação relativa à regularidade fiscal, conforme o caso, consistirá em:

(...)

III – prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

Não há dúvida de que, para fazer prova de regularidade para com a Fazenda Federal, deve-se apresentar certidões atinentes aos créditos tributários, ainda não inscritos em dívida ativa, e aos créditos já integrantes da dívida ativa inscrita, conforme o art. 62 do Decreto-lei n. 147/1967. (...)

Salvo, melhor juízo, entendo que a determinação acima, com os ajustes necessários, também deve ser aplicada à prova de regularidade fiscal para com as Fazendas estaduais e municipais.

A Lei de Licitações exige a comprovação de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, sem especificar quaisquer espécies de créditos que comprovem a regularidade atinente a todos os créditos das mencionadas fazendas. Portanto, os licitantes devem buscar certidões, emitidas pelos órgãos federais, estaduais e municipais competentes, que atestem a plena regularidade fiscal.

Deste forma, diante da inércia da Construtora Celi Ltda. Em apresentar certidões que suprissem a falha apontada, parece-me que as razões oferecidas no recurso interposto pela Construtora Mafrense Ltda. Justificavam o julgamento pela inabilitação da empresa autora desta representação.”

Diante das informações relatadas, entende-se que na situação descrita exige-se para comprovar a regularidade fiscal, no tocante, a Fazenda estadual, a apresentação das duas certidões exigidas no edital.

No tocante, a invocação do 7.1.4, o mesmo não se enquadra no caso em tela, pois a empresa não apresentou um documento com falha, mas sim, deixou de apresentar a certidão solicitada expressamente no edital, ou seja, no caso deixou de apresentar tal documento, não o podendo fazer posteriormente, pela Princípio da Isonomia.

III – DA CONCLUSÃO

5. Por todo o exposto, com relação à solicitação acima, OPINO pelo não provimento dos Recursos Administrativos.

Convenço-me de que o Pregoeiro acertou na sua decisão anteriormente proferida. Com efeito, a decisão do Pregoeiro é lícita e deve ser validada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO
GABINETE DO PREFEITO

Isto posto, submetida à minha superior análise para final decisão, **DECIDO** no aspecto estritamente legal e sob a ótica do posicionamento estabelecido no Edital, bem como, amparo no parecer emitido pela Assessoria Jurídica desta Prefeitura, pelo conhecimento do **recurso administrativo** interposto pela empresa **CITROLIFE ALIMETOS LTDA**, e pelo **improvemento** do mesmo, tudo na correta aplicação dos preceitos legais atinentes à espécie, mantendo-se a r. decisão recorrida que outrora a vista da habilitação, declarou vencedora dos seus respectivos itens objeto do presente certame licitatório, devidamente especificados na ata da sessão, a empresa **FAVORITTO COM. DE BEBIDAS E ALIMENTOS EIRELI**.

Diante do exposto, ordeno a publicação dessa decisão na Imprensa Oficial Eletrônica do Município disponibilizada no site oficial: www.bebedouro.sp.gov.br, para a devida ciência de todos os participantes, em atendimento ao **item 17.3** do **Edital nº 04/2019** da presente licitação.

Por fim, em atendimento ao **parágrafo 5º**, do **artigo 109**, da **Lei Federal nº 8.666/93** e ulteriores alterações, coloque-se os autos do processo licitatório com vista franqueada aos interessados no Setor de Licitação da Prefeitura, situado à Praça José Stamato Sobrinho nº 45, Centro, nesta cidade de Bebedouro, Estado de São Paulo.

Bebedouro/SP., 14 de março de 2019.

FERNANDO GALVÃO MOURA
PREFEITO MUNICIPAL